



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681227 - RJ (2021/0225509-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA - RJ134652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUIS CARLOS SILVA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : LUIZ HENRIQUE MENDES DA SILVA
CORRÉU : JONATHAN PESSANHA NUNES
CORRÉU : DIOGO DOS SANTOS SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS CARLOS SILVA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0002158-92.2018.8.19.0066).

O paciente foi condenado, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35 c/c art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/06, na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão no regime fechado.

O impetrante sustenta que, "embora tenham sido apresentados, em tese, elementos idôneos para a majoração da reprimenda básica, não se mostra razoável a adoção de índices diversos de elevação quando as circunstâncias aferidas na pena-base são comuns, merecendo reparo a dosimetria a fim de aplicar a fração de aumento de 1/5 para ambas as penas iniciais" (fl. 7).

Ressalta que o corréu Luiz Henrique Mendes da Silva teve sua pena redimensionada, aplicando-se a fração de 1/5 tanto para o crime de tráfico quanto para o de associação para o tráfico.

Requer, liminarmente e no mérito, seja aplicado o aumento de 1/5 para ambos os delitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente